

A educação patrimonial como instrumento de cidadania e a atuação do Programa Monumenta em Porto Alegre, Rio Grande do Sul

The education for heritage as an instrument for citizenship and the Monumenta Program action in Porto Alegre, Rio Grande do Sul

Alexsandra Fachinello¹



Resumo

O presente texto apresenta uma reflexão teórica sobre educação patrimonial e analisa as atividades do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em especial do Programa Monumenta, e sua atuação em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A metodologia pautou-se na pesquisa bibliográfica qualitativa. A educação patrimonial nasce da necessidade que temos de preservar o patrimônio cultural. Além disso, consolida a aliança entre preservação do patrimônio, resgate da memória e construção de cidadania.

Palavras-chave: Educação patrimonial. Preservação. Cidadania.

Abstract

This paper shows a theoretical consideration about education for heritage and the analysis of the activities of Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), mainly the Monumenta Program and it's acting in Porto Alegre, Rio Grande do Sul. The method was based on qualitative bibliography. The education for heritage begins by the needs to preserve the cultural heritage. Besides, reinforce the ally between heritage preservation, memory salvage and citizenship construction.

Key-words: Education for heritage. Preservation. Citizenship.

Introdução

Embora exista um trabalho de recuperação e valorização dos bens culturais, em especial do patrimônio edificado, o termo educação patrimonial ainda é desconhecido de muitas pessoas e pouco abordado na mídia e na escola..

De acordo com Soares (2003, p. 24), “educação patrimonial é um programa que busca a conscientização das comunidades acerca da importância, da valorização e da preservação dos patrimônios locais”. Para Horta (2003), é um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo.

Horta (*op.cit.*) relaciona a educação patrimonial à alfabetização cultural. Segundo a autora, essa alfabetização cultural promoveria uma nova leitura de mundo e uma compreensão do universo sócio-cultural e da trajetória histórico-temporal, o que implicaria no

desenvolvimento da auto-estima dos indivíduos e das comunidades nas quais estão inseridos e na valorização da cultura.

E qual é a necessidade de se desenvolver uma educação patrimonial? De acordo com Benchetrit (2008, p.20):

... o patrimônio cultural material de um povo são, no suporte material de um processo permanente de construção e reconstrução de identidades, estandartes e reflexo dos grupos sociais que os produzem, e os destroem, ou preservam. São elementos de identificação e de referência que intervêm na construção de identidades culturais, nacionais e políticas destes grupos.

Benchetrit (*op.cit.*) desenvolve uma reflexão sobre a importância do patrimônio cultural na construção da identidade coletiva. No entanto, a partir do período pós Primeira Revolução Industrial, a exploração dos bens e a ação antrópica no ambiente se tornaram mais intensas, transformando as relações entre indivíduos e dos indivíduos com o espaço que habitam. Nesse sentido, Hobsbawm (1995, p. 13) argumenta:

... percebe-se, na atualidade, como um dos efeitos da modernização das atividades produtivas, num dado espaço urbano, a desestruturação dos vínculos identitários, gerando uma sensação de indiferença, em relação à bagagem cultural construída. Estas transformações sociais processadas emergem, tanto local, quanto mundialmente.

A partir das ideias de Benchetrit e Hobsbawm, é possível compreender o papel da educação patrimonial, pois, se o patrimônio é elemento fundamental para a consolidação da identidade dos diferentes grupos sociais, e, no passado histórico recente, romperam-se os elos de identificação entre os indivíduos e seu patrimônio, se torna evidente a necessidade de resgatar essa ligação, justificando, dessa forma, a necessidade de se desenvolver a educação patrimonial.

A palavra patrimônio tem origem no latim *patrimonium* e remete à ideia de herança paterna. Neste momento, em que o pensamento da sociedade se volta para as questões sociais e culturais, se torna apropriado compreender o que representa patrimônio material e imaterial que herdamos de nossos antepassados e, sendo herança passada, guarda a nossa memória. Por isso, é elemento importante na construção da identidade de um povo.

A importância do patrimônio e de seu resgate também é destacada por Rodrigues (1996, p.195):

Mais que testemunho do passado, o patrimônio é um retrato do presente, um registro das possibilidades políticas dos diversos grupos sociais, expressas na apropriação de parte da herança cultural, dos bens que se materializam e documentam sua presença no fazer histórico da sociedade.

A preservação do patrimônio cultural que herdamos e vivemos contribui para a construção da cidadania e para a formação da identidade, pois estabelece ligação entre passado e presente através do resgate da memória social. Segundo Horta (2003), “o conhecimento crítico e a apropriação consciente por parte das comunidades e indivíduos do seu ‘patrimônio’ são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania”.

Segundo Coelho e Valava (2005), no Brasil, o documento mais importante relacionado à preservação de monumentos é o Decreto lei nº 25 de 1937, utilizado, ainda hoje, pela sua atualidade, servindo, também, como base para elaboração de várias outras leis. Sanches (2009) destaca que a Constituição de 1937 em seu artigo 134 trata sobre a questão: “os monumentos históricos, artísticos ou naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios”. Assim como a Constituição antes citada, as Constituições de 1946 e de 1967 também se referem à preservação através da proteção do poder público. Na Constituição Federal de 1988, a compreensão de patrimônio é mais ampla e o assunto é tratado em seus artigos 215 e 216.

A educação patrimonial pode se desenvolver em espaços formais e não formais de ensino. O tema educação patrimonial nos espaços formais de ensino está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (BRASIL, 2003). O artigo 26 da LDB, Lei nº 9.394/96, disciplina acerca da obrigatoriedade na educação básica, ensino fundamental e médio, do ensino das contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's (BRASIL, 1998) - também abordam a educação patrimonial através dos chamados *Temas Transversais*, nos itens *Pluralidade Cultural* e *Meio Ambiente*.

Tanto a LDB quanto os PCN's tratam das questões culturais a partir de uma visão interdisciplinar, ou seja, não é responsabilidade de uma ou de outra área do conhecimento abordar a temática, mas de todas, uma vez que, o assunto cultura e, obviamente, patrimônio cultural, envolve diferentes conhecimentos: artes, história, literatura, geografia, etc. As manifestações artísticas, os monumentos históricos, uma paisagem, o artesanato, ou seja, as evidências materiais ou imateriais podem ser objeto de estudo, ponto de partida para o

desenvolvimento de um projeto ou atividade escolar que resulte na construção de saberes e na conscientização sobre a preservação do patrimônio cultural.

Os espaços não formais de ensino, como organizações não governamentais, instituições culturais públicas e privadas (museus, centros de cultura, entre outros), também são promotoras da educação Patrimonial.

Dentre as instituições públicas que desenvolvem atividades de educação patrimonial é possível destacar o trabalho que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) realiza através do Projeto Monumenta.

Horta (2003) afirma que programas de Educação Patrimonial, envolvendo escolas e também outras organizações, como comunidade local, famílias, empresas e também o Poder Público, contribuem para a transformação de uma nova visão do Patrimônio Cultural como fonte de conhecimento e aprendizado a ser utilizada e explorada na educação e, portanto, inserida nos currículos escolares, ou ainda como instrumento de motivação individual e coletiva para a prática da cidadania.

O IPHAN e o Projeto Monumenta

O IPHAN², criado na década de 1930, é um órgão do Ministério da Cultura responsável pela proteção do patrimônio cultural brasileiro. A criação do IPHAN está pautada num princípio normativo, atualmente contemplado no artigo 216 da Constituição federal de 1988 (BRASIL, 2009), que define patrimônio cultural a partir de suas formas de expressão; de seus modos de criar, fazer e viver; das criações científicas, artísticas e tecnológicas; das obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais e dos conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. A Constituição também estabelece que cabe ao poder público, com o apoio da comunidade, a proteção, preservação e gestão do patrimônio histórico e artístico do país.

O IPHAN desenvolve vários programas de incentivo à cultura e à arte e também de preservação do nosso patrimônio. Dentre os programas destaca-se o Programa Monumenta que conjuga recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social. O programa é financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento

(BID) com apoio da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e procura garantir condições de sustentabilidade do Patrimônio.

O Monumenta atua em cidades históricas protegidas pelo IPHAN, promovendo atividades de capacitação de mão-de-obra especializada em restauro, formação de agentes locais de cultura e turismo, promoção de atividades econômicas e programas educativos.

Conforme informações disponíveis no site do programa, o projeto Monumenta nasce das tratativas entre o Ministério da Cultura e o BID, em 1995, para viabilizar um programa de preservação do patrimônio cultural do país.³ No ano 2000, após negociações envolvendo o Ministério, o IPHAN e as instituições internacionais, o programa inicia de fato e, seis anos depois, a estrutura administrativa do programa é incorporada ao IPHAN.

Os principais objetivos do Programa Monumenta são⁴:

- Preservar áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano;
- Estimular ações que aumentem a consciência da população sobre a importância de se preservar o acervo existente;
- Estimular projetos que viabilizem as utilizações econômicas, culturais e sociais das áreas em recuperação.

O patrimônio brasileiro é uma demonstração de nossa pluralidade cultural, um verdadeiro registro arquitetônico e histórico das diversas etnias e culturas que caracterizam a formação do nosso país. Sendo assim, a principal finalidade do Monumenta é proteger, implementando políticas públicas de recuperação e de conservação sustentável deste patrimônio.

O Programa Monumenta está organizado em componentes que visam⁵:

- Investimento integrado em áreas de projetos;
- Fortalecimento institucional;
- Promoção de atividades econômicas;
- Capacitação de artífices e de agentes locais de cultura e turismo;
- Programas educativos sobre Patrimônio Histórico.

Os Programas Educativos sobre o Patrimônio Histórico, dentre os componentes que compõem o Monumenta, visam a um maior envolvimento e participação das comunidades no que se refere à compreensão da importância em resgatar, proteger e valorizar o patrimônio cultural, de forma tal a possibilitar uma mudança de comportamento e um estímulo ao exercício da cidadania. A partir desse componente são realizadas campanhas nacionais,

A educação patrimonial como instrumento de cidadania e a atuação do Programa Monumenta em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Alexsandra Fachinello

regionais e locais; produção de vídeos escolares para televisão educativa; vídeos interativos de informação turística; filmes documentários colocados à disposição de redes de televisão; enfim, ações e publicações relacionadas à educação patrimonial.

O Monumenta em Porto Alegre

O Programa Monumenta, dedicado à restauração do Patrimônio Histórico do país, vem desenvolvendo ações em vinte e sete cidades brasileiras, conforme informação disponível no site do IPHAN, incluindo Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul (RS), com recursos do Ministério da Cultura, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e das administrações locais e estaduais, contando com a cooperação da UNESCO.⁶

Porto Alegre é uma das cidades integrantes do Monumenta e está realizando, desde 2002, um conjunto de investimentos para proporcionar ao Centro Histórico qualificação necessária para torná-lo conhecido e valorizado para e pela população.

Prevendo intervenções urbanísticas para melhorias nos espaços públicos do Centro Histórico da cidade, o Projeto Monumenta Porto Alegre se desenvolve em uma área de 24,5 ha, na qual 7,25 ha correspondem ao eixo formado pelas duas principais praças do Centro Histórico, tombado pelo IPHAN: a Praça da Alfândega e a Praça da Matriz.

Em 1999, o reconhecimento através de tombamento pelo IPHAN na categoria de Sítio Histórico Urbano Nacional contribuiu para a percepção da população de que Porto Alegre possui um Centro Histórico. Nos últimos tempos, várias intervenções públicas contrárias à destruição de edificações significativas para a vida da cidade, como, por exemplo, a resistência da Usina do Gasômetro, hoje espaço cultural da cidade, também contribuiu para sensibilizar a comunidade a respeito do valor do patrimônio histórico existente na área central da cidade.

A área do Projeto Monumenta no Centro Histórico de Porto Alegre corresponde a uma faixa que se estende do Pórtico Central do Cais do Porto, passando pela Avenida Sepúlveda, Praça da Alfândega, Avenida General Câmara até chegar à Praça da Matriz.

O Projeto procura atender às principais demandas de conservação e restauração de espaços e edifícios históricos no espaço delimitado pelo projeto instala mecanismos de auto-sustentação desse patrimônio e abre novas perspectivas para atividades culturais e sociais no centro da cidade.

O dinamismo da região central de Porto Alegre, do qual o Centro Histórico é o “coração”, encarregou-se de manter em uso boa parte das edificações. No entanto, a ausência de conservação de muitos dos imóveis mostra seus efeitos na deterioração em curso desde os anos 1970. A aceleração da urbanização associada aos fenômenos sociais e econômicos, próprios deste período de globalização, deslocou uma parte do comércio do Centro da cidade para outros bairros e para os *shoppings*, reduzindo a procura por prédios comerciais, tendo muitos deles sido, então, abandonados.

Entre as ações realizadas,⁷ estão a restauração do Palácio Piratini, da Biblioteca Pública, do Museu de Arte do Rio Grande do Sul, do Pórtico Central do Cais do Porto, do Museu de Comunicação José Hipólito da Costa, da Pinacoteca e do Memorial do Rio Grande do Sul. A Praça da Alfândega passa por restauração, porém suas obras encontram-se atrasadas. De acordo com o Jornal Zero Hora,⁸ a reforma teve início em junho de 2009 e a previsão de término, conforme uma placa oficial instalada no local, em abril de 2010, ou seja, a obra encontra-se em atraso e tal atraso deve se ampliar pelo menos até setembro de 2011.

Além das edificações públicas, os imóveis privados também recebem financiamento para sua restauração, disponibilizando investimento de alto valor financeiro, recurso a ser concedido mediante empréstimo a juros zero aos proprietários. Segundo informações disponibilizadas pelo site, através do Programa Monumenta em Porto Alegre⁹ já foram concluídas, em imóveis privados, 10 obras, três estão em andamento, oito em análise e uma em fase de contratação. Os financiamentos são realizados através de uma parceria com a Caixa Econômica Federal e a restituição do mesmo será destinada ao Fundo Monumenta Porto Alegre, que custeará a manutenção de outros imóveis a serem restaurados, de acordo com informações do escritório do IPHAN em Porto Alegre .

Além dos investimentos nos locais acima citados, o Programa Monumenta também patrocinou a divulgação do potencial turístico e de serviço da Igreja das Dores e um projeto de qualificação profissional de auxiliar de restauração.

O Programa Monumenta visa estabelecer um processo amplo de intervenções no espaço do Centro Histórico, envolvendo diversas parcerias, promovendo novas rotinas e perspectivas sócio econômicas, articulando ações dispersas, de forma a elevar aquela área da cidade a um novo patamar de fruição e de percepção por parte da população.

Considerações Finais

A educação patrimonial nasce da necessidade que temos de preservar nosso patrimônio cultural e a preservação do patrimônio demanda da necessidade de manter a identidade cultural de um país e de um povo.

A partir de ações preservacionistas de resgate e restauração do patrimônio cultural, busca-se encontrar o equilíbrio entre o crescimento urbano e o passado e memória da sociedade, sem permitir que estes desapareçam. Preservar o patrimônio cultural é garantir que a sociedade tenha oportunidade de perceber e conhecer a si própria e também a outras sociedades, por meio do patrimônio material ou imaterial.

A educação patrimonial contribui para a preservação do patrimônio, uma vez que permite aos indivíduos um novo olhar e uma nova leitura de mundo, compreendendo-se como parte desse lugar. Portanto, a educação patrimonial consolida a aliança entre preservação do patrimônio, resgate da memória e construção de cidadania.

O trabalho desenvolvido pelo Programa Monumenta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é um exemplo, pois através de seus investimentos são realizadas obras de recuperação do patrimônio material e também são desenvolvidas atividades com as pessoas que vivem nas áreas atingidas pelo programa.

O patrimônio cultural também pode ser compreendido como uma alternativa de desenvolvimento regional. Atividades econômicas, como o turismo, podem promover o desenvolvimento sustentável através da promoção de atividades como visitas guiadas, oficinas e comércio. A gestão do patrimônio cultural deve estar inserida num processo que reconhece a importância da preservação dos bens culturais e entende este patrimônio como um espaço de promoção social e econômica das populações locais.

Por fim, a preservação do patrimônio contribui para construção da cidadania e para a formação da identidade, pois estabelece ligação entre passado e presente através do resgate da memória social, e também pode ser vetor de desenvolvimento sustentável.

Referências

BENCHETRIT, Sarah Fassa. Preservar por quê? Preservar para quem? In: RODRIGUES, C. S.; GRANATO, M.; BEZERRA, R. Z. e BENCHETRIT, S. F. (orgs). *Um olhar*

contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. 20-27 p.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares Nacional: terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei 9.394/96*. 6ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BRASIL. *Constituição Federal*. 8ª edição. Organização Anne Joyce Angher. São Paulo: Rideel, 2009.

COELHO, N. C. e VALVA, M. D. *Patrimônio Cultural Edificado*. Goiânia: Editora da UCG, 2005. 186p.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos – O Breve Século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. *O que é Educação Patrimonial*. 2003. Disponível em: <<http://stoa.usp.br/biacavalcanti/files/616/4128/Educa%C3%A7%C3%A3o%20patrimoia>> Acesso em 06/07/2009.

RODRIGUES, Marly. De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paul. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, 1996, p.195-203.

SANCHES, Leila Pose. Paisagem e Meio Ambiente. In: AHMED, Flávio e COUTINHO, Ronaldo (coord.). *Patrimônio Cultural e sua Tutela Jurídica*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

SOARES, A. L. R. Educação Patrimonial: valorização da memória, construção de cidadania, formação da identidade cultural e desenvolvimento regional. In: SOARES, A. L. R. (org.); MACHADO A. da S.; HAIGERT C. G. e POSSEL V. R. *Educação Patrimonial: relatos e experiências*. Santa Maria: UFSM, 2003. p.15-32.

Recebido para publicação em outubro de 2010.

Aprovado para publicação em dezembro de 2010.

¹- Licenciada em Geografia pela UFRGS. Especialista em Geografia pela PUCRS. Mestranda do Curso de Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle, (UNILASALLE/Canoas). E-mail: alefachinello@terra.com.br.

²- Disponível em: <www.iphan.gov.br> - acesso em 10/12/09.

³- Disponível em: <www.monumenta.gov.br> - acesso em 29/04/11.

⁴- idem 3.

⁵- idem 3.

⁶- idem 2.

⁷ - Disponível em: <www.monumenta.gov.br/site/?page_id=205> - acesso em 29/04/11 .

⁸ - Disponível em:

<<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1§ion=Geral&newsID=a3265140.xml>

> . Acesso em 29/04/2011.

⁹ – idem 7.